

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária do Rio Grande do Norte
Centro de Estudos Jurídicos

REVISTA CEJ/RN

REVISTA CEJ/RN	NATAL, RN	V.4	N.5	P. 001/281	nov	1998
----------------	-----------	-----	-----	------------	-----	------

*** Ver nota na página seguinte**

REFORMA ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA DO ESTADO - IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS

José Augusto Delgado

A reforma administrativa do Estado deve ter o cidadão como o centro de suas atenções, buscando atender às suas necessidades básicas. Essa reforma deve se apresentar sustentada em um grau que permita eficiência e transparência do governo, não podendo deixar de observar os princípios fundamentais da administração pública. E para que esse objetivo seja alcançado, os poderes do Estado devem agir harmonicamente com os anseios da sociedade.

Para modificar a estrutura do Estado, faz-se necessária, ao lado da reforma administrativa, a tributária, como sendo uma das mais relevantes. Dela virão as condições financeiras para que o Estado atinja a realização das metas a que se propõe, em consonância com as exigências sociais. São muitas as críticas doutrinárias a respeito da proposta da reforma tributária, pois indaga-se se ela provocará algum benefício para o cidadão, especialmente quanto ao bom uso dos recursos arrecadados.

REFORMA ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA DO ESTADO - IMPORTÂNCIA E PERSPECTIVAS¹

José Augusto Delgado
Ministro do STJ e Prof. de Direito
Público (Administrativo e Processo).
Sócio Honorário da Academia Brasileira
de Direito Tributário.

1. - INTRODUÇÃO.

O Estado, neste final de Século XX, foi surpreendido por variados fenômenos que afetaram a sua estrutura institucional. Tradicionais sistemas econômicos, financeiros, sociais, políticos e de soberania que sustentavam a atuação estatal com princípios norteadores para os limites da ação desenvolvida apresentam-se exigindo mudanças estruturais de rumos, provocando, em consequência, indefinições e investigações para solidificar a forma de novos procedimentos.

O desmoronamento dos regimes socialistas reais, as modificações operadas pela chama da globalização econômica, os fatos determinantes para que a democracia se reestruture e renasça com ações concretas, a consciência adquirida pelo administrado de que uma cidadania efetiva deva ser exercida e de que o Estado deve se voltar, com o máximo de intensidade, para atender às necessidades do cidadão, são circunstâncias que estão exigindo a redefinição de políticas a serem promovidas no Estado brasileiro.

Ao lado de tais fatores imprimidores de mudanças, cristalizaram-se desequilíbrios financeiros por endividamentos internos e externos do Poder Estatal, tudo a conduzir o administrador a buscar um novo grau de eficiência, onde a mudança se realize de forma vinculada a um processo que exige a interação simultânea de vários sistemas, cujas atuações se adicionam para levar ao efeito final.

¹ Palestra proferida em Ribeirão Preto, no dia 30 de abril de 1998, no Congresso Internacional : O Futuro da Empresa Brasileira, Negócios, Empresa e Mercosul. Há acréscimos que foram feitos de modo oral.

Assinalo que Patricio Aylwin, em trabalho apresentado ao Conselho Consultivo do Palatino Latino-Americano, ressaltou com absoluta propriedade que "A globalização da economia, hoje, não é mera acentuação do processo histórico de internacionalização da vida; é um fenômeno recente que se caracteriza entre outros elementos constitutivos novos, pela formação de mercado financeiro global, com a decorrente deterioração do poder das autoridades nacionais, por um processo de 'desmaterialização' da economia, em que os serviços e outros bens imateriais ganham importância maior que a produção de mercadorias, e por vertiginosas mudanças tecnológicas, especialmente no campo da informática. Esses fenômenos, que reforçam a dependência dos países do mundo em desenvolvimento, não mais em relação a certos Estados, mas, antes, em relação ao poder financeiro e às grandes empresas transnacionais, encerram, para nossas nações latino-americanas, uma redução de oportunidades e o surgimento de novos riscos e problemas."²

Um Estado com características voltadas, de modo preponderante, para o desenvolvimento social é a exigência, na época contemporânea, das forças sociais.

Embora não se tenha, ainda, definido, com precisão, o campo de abrangência desse desenvolvimento social, há, contudo, entendimento de que ele deve se voltar para colocar o ser humano e as suas necessidades vitais (saúde, educação, segurança, lazer) como sendo o centro de suas atenções.

No particular, merece ser lembrado o pronunciamento feito em Copenhague, há pouco menos de dois anos e meio, por representantes de 170 países, quando se reuniram para discutir sobre o Desenvolvimento Social no Mundo, no sentido de que "os objetivos desse desenvolvimento devem ser a superação da pobreza, o pleno-emprego, o acesso de todos à educação e à saúde, a eliminação das discriminações, a integração social e o pleno respeito à dignidade humana. Segundo os próprios termos dessa declaração, trata-se de colocar o ser humano no centro do desenvolvimento e orientar a

² Patricio Aylwin, Ex-Presidente do Chile, Membro do Conselho Consultivo do Parlamento Latino-Americano, in "Os Desafios do Desenvolvimento Humano na América Latina", Traduzido pelo Instituto Teotônio Vilela, Trabalho apresentado ao Conselho Consultivo do Parlamento latino-americano. In "Caderno de Idéias & Debate, publicação do Instituto Teotônio Vilela.

economia no sentido de satisfazer de maneira mais eficaz as necessidades humanas"³

A Declaração de Copenhague supra-referida, em uma de suas passagens, afirma:

"O objetivo primordial do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida das pessoas, o que não se conseguirá simplesmente por meio da livre interação das forças do mercado. É necessário que existam políticas oficiais, para corrigir as falhas dos mercados, complementar os mecanismos comerciais, manter a estabilidade e criar um ambiente econômico nacional e internacional capaz de favorecer o crescimento sustentável, em escala mundial. Esse crescimento deveria promover a equidade e a justiça social, a tolerância, a responsabilidade e a participação."⁴

São problemas dessa natureza que estão desafiando as reformas estruturais que os responsáveis pelos destinos da Nação Brasileira pretendem implantar, vinculados a uma ideologia denominada de Social-Democracia. Reformas que necessitam, portanto, abordar, de modo diferente, o processo de desenvolvimento, haja vista que, na atualidade, ele deve concretizar realidades voltadas para a imposição de melhorias do bem-estar do homem, pela eliminação da fome, da doença, da ignorância e disponibilizando saúde, educação, segurança e emprego para todos.

O desenvolvimento a ser enfrentado pelo Estado Contemporâneo exige que seja formado por uma visão macro-econômica onde presentes estão as influências geradas pela globalização da economia e que enfrente as diferentes dimensões que o constituem, as quais, segundo Boutros Gahli (1995) são:

- Paz, como fundamentação;
- Economia, como motor gerador do progresso econômico;
- Proteção ambiental, como base da sustentabilidade;
- Justiça social, como pilar da sociedade humana;
- Democracia, como base de governo.⁵

³ IDEM, pg. 16.

⁴ Idem, pg. 16.

⁵ Boutros Gahli (1995), citado por Nelson F. Seiffert, Professor do Instituto Teotônio Vilela de Florianópolis, em trabalho intitulado "Desenvolvimento Segundo o Modelo Ideológico da Social-Democracia", in Cadernos de Idéias e Debates, n. 14, do Instituto Teotônio Vilela, pg. 8.

2. - O século XXI e a complexidade da função estatal

A fixação de novas diretrizes pelo Estado para tornar realidade as exigências impostas pelos fatores presentes nesta nova era há de ser sustentada em novos princípios a serem estabelecidos, especialmente, pelo Direito Constitucional, Administrativo e pelo Direito Tributário. Estes ramos da ciência jurídica devem se tornar convictos, pelas mensagens dos seus doutrinadores e pesquisadores, da intensa complexidade que vivencia a função estatal. Não podem desconhecer a necessidade de revisão de conceitos a respeito do que é o Estado e a função a exercer, sem desprezar, também, os aspectos decorrentes da globalização que estão afetando até a noção de soberania.

Tenho afirmado, e reafirmo, que a humanidade, no momento contemporâneo, passa por um momento de muita angústia e desesperanças no tocante ao seu relacionamento com o Estado, o que está a se exigir, por parte de cada sistematizador do Direito, e de modo geral pela própria ciência, uma volta de consciência, do espírito, sobre si mesmo, para se examinar o seu próprio conteúdo por meio do entendimento, da razão e de forma ativamente verticalizada sobre as inúmeras e variadas funções do Estado. Não há mais como serem ignorados os efeitos das veementes e rápidas mudanças sociais, econômicas, religiosas, políticas, educacionais e tecnológicas que o mundo experimenta, influido, diretamente, na estrutura das atividades estatais.

A postura de mero observador de tais acontecimentos, além de não ser próprio dos que fazem uma ciência envolvida com o desenvolvimento dos fenômenos sociais, como o é a Ciência Jurídica, revela ingenuidade, em face da constatação real dos efeitos produzidos pelos acontecimentos que nos cercam, tudo a demonstrar a insuficiência da atividade estatal em impor soluções para os problemas crescentes no meio do ambiente social. Há de se colocar o Direito em posição de envolvimento com tais trepidações incrustadas nos grupos sociais. Não há mais condição de se dissociar do âmago dessas complexidades a presença do Direito envolvida com a necessidade de se reestruturar o Estado, pelo elo indissolúvel existente entre ambos.

Não se pode deixar de se acentuar que uma aflição com ares de certeza aparece como sendo realidade. É a de que a maioria dos agentes públicos responsáveis pela administração das funções estatais não demonstram suficiente sensibilidade, ao desempenharem as suas atribuições administrativas,

quer como integrantes do Poder, quer como simples integrantes da máquina estatal, para a concepção de que o Estado há de tomar, neste final de Século XX, o rumo do desenvolvimento social, elegendo o cidadão como a prioridade maior de suas ações.

A consequência do acabado de ser afirmado é de que a primeira grande reforma a ser feita, e com urgência absoluta, é a de natureza cultural, isto é, a de conscientizar o agente público de que o Estado necessita mudar a sua imagem, colocando o cidadão como o destinatário maior de suas atividades.

Por ter convicção a respeito do assinalado, acentuei em trabalho de minha autoria que:

“Os resultados dessas ponderações determinam uma análise que deságua não só no repensar do ofício atual do Estado e das entidades de direito que o regem, provocando uma mobilização de idéias e de recursos científicos voltados ao melhoramento do seu aparelho administrativo, em todas as formas de sua manifestação junto ao cidadão, bem como, imprimindo uma nova feição ao sistema a ser adotado, na busca da certeza de que há de ser feito um acentuado esforço no sentido do auto-aprimoramento da relação que existe de modo vinculado e hierárquico entre a atuação estatal e as necessidades de se cultivar a cidadania.

Há uma crítica generalizada de que o entregar da prestação estatal, via ação administrativa, encontra-se enfrentando uma crise existencial de larga repercussão. Esse posicionamento cultivado na intimidade do agrupamento humano gera a consequência de se investigar os motivos desse conflito e de se sugerir, no campo da Ciência do Direito, a criação de condições capazes de atenuá-lo, a fim de que se realize, urgentemente, modificações nos procedimentos administrativos que evitem o distanciamento existente entre os anseios do cidadão e a atuação do Estado.

Na circunferência de tais questionamentos são identificados os que não são resolvidos de modo isolado e unicamente por parte dos servidores públicos, por dependerem de regras oriundas do ordenamento jurídico adotado pela Nação. Há, porém, muitas outras situações que, para serem solucionadas a contento com a aspiração do cidadão, se subordinam, apenas, ao atuar individual ou grupal do administrador, pois, sendo ele o instrumento determinador da realização da vontade do Estado, tem, conseqüentemente, conhecimento das circunstâncias que as envolvem e das técnicas a serem utilizadas ao enfrentá-las.

Particularizando o último tópico acima referido, penso que o agir de modo melhor, por tais sujeitos ativos, depende do aperfeiçoamento que busquem alcançar e da consciência que tenham da necessidade de serem conhecidas e entendidas as dificuldades existentes na era contemporânea, por ajudar a melhor exercer o trabalho que lhes é entregue.

Os grupos humanos de hoje se encontram envolvidos por uma intensidade de fatos ocorrentes nos seus ambientes e com reflexos diretos no indivíduo, produzindo consequências concretas de larga repercussão. Esses acontecimentos, por se apresentarem circulados por raios econômicos, religiosos, políticos, financeiros, tecnológicos e familiares, detonam um constante desassossego que se setoriza na relação do administrado com o Estado, exigindo que o Direito Administrativo imponha regras que resultem em uma convivência harmônica da população.

A multiplicidade dessas situações acelera a atuação dos responsáveis pela visão dinâmica do Estado, bem como impõe que soluções sejam encontradas no seio do Direito e implantadas no ordenamento jurídico positivo, tudo visando à produção de realizações compatíveis com as necessidades decorrentes das pretensões do homem moderno.

Deriva do analisado e narrado um porte assumido pelas pessoas no sentido de ordenar, em grau nunca feito outrora, aos responsáveis pela ação dos órgãos públicos, um atuar revestido de uma nova fisionomia, um exercício do seu papel finalístico, visando a não deixar os fatos se desenvolverem, sucessivamente, sem que passem a ser acobertados por um regramento legal dotado de eficácia e de efetividade para que solucione os enigmas vividos, como único modo de imposição de segurança na convivência do homem com o homem, do homem com o grupo social, do grupo social com os vários estamentos que o compõe, dos estamentos sociais entre si, enfim, do homem e do grupo social com o Estado, este voltado, em qualquer de suas ações, em garantir os postulados defendidos nos limites do regime democrático.

A realidade que se apresenta não conduz a sociedade humana a conviver sem protesto com as dificuldades que lhe cercam, sob pena de aceitar, pacificamente, o domínio dessa conjuntura imposta pelo Estado e que, ao meu pensar, o seu continuísmo provocará graves danos às gerações futuras.

Urge, portanto, que o Estado seja atualizado, no que se tem necessidade de buscar apoio nos postulados da Ciência Jurídica e, de modo

muito especial, no Direito Constitucional e no Direito Administrativo.⁶

3. - A reforma administrativa do Estado.

Em trabalho da natureza do presente, onde o campo para a exposição das idéias é limitado, em razão da obediência ao tempo de sua exposição, não há como se aprofundar nos aspectos extrínsecos e intrínsecos, de ordem jurídica, de ordem social, de ordem política, de ordem psicológica, de ordem sociológica e de ordem administrativa que se tornam presentes na reforma do Estado em curso.

A didática a ser seguida sugere, portanto, que, para se apresentar uma visão global do processo da reforma administrativa do Estado, que sejam alinhados, apenas, as regras e os princípios genéricos e específicos que a regem.

É o que passo a demonstrar.

Aposto, na linha do acima afirmado, de forma resumida, os seguintes enunciados que informam, na atualidade, o processo reformulador em questão.

Enunciado 1 - A reforma do Estado contemporâneo é decorrente da crise pelo qual ele passa e que pode ter seu marco inicial fixado na era dos anos 70, com explosão acentuada após a era de 1980.

Enunciado 2 - As cultuadas idéias de um Estado mínimo ou de um Estado máximo não foram suficientes para solucionar as dificuldades surgidas no relacionamento do Estado com o cidadão, pelo que surgiu a defesa do denominado Estado Ideal, isto é, aquele capaz de impor, na menor escala possível, insatisfação à população, por atender às suas necessidades básicas.

Enunciado 3 - A formulação de um Estado mais eficiente só terá êxito se considerar o cidadão como sendo o centro de suas atenções, pelo que não pode deixar de ter como parceiro atuante a sociedade e se sensibilizar pelos seus anseios e conquistas.

Enunciado 4 - A reforma administrativa do Estado deve se apresentar sustentada em um grau mais eficiente de governabilidade e transparência, com a extinção de privilégios pessoais, coletivos ou setorializados, de forma que gere confiança por parte dos administrados e respeito integral

⁶ José Augusto Delgado, in "A Complexidade da Função do Estado no final do Século XX".

aos direitos fundamentais gerados pelo regime democrático.

Enunciado 5 - Nenhuma reforma administrativa do Estado alcançará êxito se os Poderes do Estado, Executivo, Legislativo e Judiciário não expressarem capacidades políticas do exercício de atividades legítimas e harmonizadas com os anseios da sociedade.

Enunciado 6 - A adoção de novas formas de administração, como por exemplo, a gerencial, não pode deixar de observar os princípios fundamentais da legalidade, da moralidade, da continuidade do serviço público, da eficiência, da impessoalidade e de, sobretudo, que cada função do Estado, por mais insignificante que seja, só tem razão de ser sublimada se for exercida em benefício do cidadão.

Enunciado 7 - A revisão das técnicas adotadas pela administração pública burocrática deve evoluir para o emprego de uma administração pública gerencial com o cuidado máximo de não favorecer grupos privados, em face da atual tendência da economia de fortalecimento das pessoas jurídicas comerciais e industriais.

4. - A reforma tributária.

No círculo das reformas introduzidas para modificação da estrutura do Estado, apresenta-se, ao lado da reforma administrativa, a tributária como sendo uma das mais relevantes. Por via dela é que vão ser agasalhadas as condições financeiras para que o Estado atinja a realização das metas a que se propõe, em consonância com as exigências sociais.

A nossa preocupação inicial com a reforma tributária é decorrente do grau de desencontros atualmente existentes entre as propostas formuladas e as idéias plantadas a respeito.

Esse fenômeno desagregador e que cria dificuldades para que referida reforma tenha um curso mais tranqüilo foi detectado por José Paulo Kupfer, ao afirmar que:

"Passado o primeiro impacto - bastante positivo - da divulgação das idéias tributárias do secretário-geral da Fazenda, Paulo Parente, o que se pode esperar, quanto ao seu percurso até se tornar regra vigente, é a confirmação da 'profecia' do ministro Pedro Malan: a reforma que simplificará o sistema tributário promoverá a sua harmonização com os sistemas internacionais e dará sustentação ao desenvolvimento da economia e da sociedade é coisa para o século XXI.

Sem desconsiderar a hipótese de que ocorram surpresas - ou, quem sabe, milagres - que acelerem a tramitação de uma eventual nova proposta de emenda constitucional nesse campo, o mais lícito será imaginar que nem no conjunto da área econômica do Governo haja consenso em relação às idéias expostas por Parente durante uma exposição na Câmara dos Deputados. E que, para resumir a história, a coisa não vai mudar, pelo menos ainda desta vez. ”

A identificação desse processo de dificuldades que está a provocar instabilidade na reforma tributária causa desencanto e necessita, de logo, ser afastado, para que não prejudique o êxito de tal aventura.

A reforma tributária visa a simplificar o sistema adotado pela Constituição Federal de 1988.

O seu núcleo está constituído, especialmente:

- a) pela extinção do IPVA, IPTU e ITR, tributos que serão substituídos pelo Imposto sobre o Patrimônio Líquido - IPL;
- b) pela extinção do ICMS, IVVC e ISS, tributos que serão substituídos pelo Imposto sobre a Produção e o Consumo de Bens e Serviços.

Ocorre que a proposta de reforma tributária não se encerra, unicamente, em tais modificações. A análise global do seu conteúdo revela que ela pretende impor radicais modificações no sistema tributário nacional e que, em um exame provisório, podem resultar em diminuição de garantias para o cidadão e afetação ao princípio regulador do federalismo brasileiro.

Sem espaço no presente trabalho para investigações mais acentuadas, restrinjo-me a registrar algumas observações feitas por doutrinadores constitucionalistas e tributaristas a respeito da referida reforma.

Osires Lopes Filho, em relatório apresentado à OAB, pugna pelo não acolhimento da reforma, de acordo com as linhas traçadas pelo Governo, por entender que ela trará as consequências de efeitos danosos à cidadania e ao denominado Custo-Brasil.

Elenca o referido autor as que passo a citar:

- “1) a diminuição das garantias do cidadão, diante da voracidade arrecadatória do fisco, dando-lhe insegurança jurídica;
- 2) aumento do poder da União de utilização do instrumental tributário, para realização da política tributária;

- 3) menosprezo à estrutura federativa do Estado Brasileiro, abastardando a autonomia financeira dos Estados-Membros;
- 4) condenação do Estados-Membros menos desenvolvidos a uma crônica carência de recursos financeiros;
- 5) adoção de critérios oportunistas para a definição de competências tributárias;
- 6) finalmente, alguns aperfeiçoamentos periféricos.⁷

Hugo de Brito Machado também desenvolve profundas críticas a respeito da reforma proposta, considerando-a um desastre para a Federação e para os Estados pobres, por seguir rumo totalmente oposto ao preconizado no art. 3º, III, da Constituição Federal.

Destaco o pronunciamento do mencionado doutrinador:

“A emenda proposta pelo Executivo é um desastre para a Federação e para os Estados pobres. Segue rumo diametralmente oposto ao determinado pelo art. 3º, III, da CF/88.

Entre as alterações que promove, podem ser destacadas:

- quebra do sigilo bancário;
- restabelece o empréstimo compulsório, colocando mais uma vez um cheque em branco em mãos do Governo federal. Na prática, verdadeira imoralidade a contribuir para o descrédito do Governo e das instituições jurídicas, porque jamais restituído. E, para as empresas, tem inconveniente até maior que o imposto, pois não é despesa e o seu valor, assim, não pode ser como tal considerado na determinação da base de cálculo de tributos que incidem sobre o lucro;
- procura superar questionamento judicial, autorizando a cobrança antecipada do Imposto de Renda. Antecipada porque antes de operado o lucro, o que significa dizer que a empresa, mesmo tendo prejuízo, já pagou o

⁷ Osires Lopes Filho, in “Relatório sobre a Proposta Governamental Federal de Reforma Constitucional Tributária”, in Revista da OAB, n. 62, Janeiro-Junho de 1966, pgs. 173 e seguintes.

Imposto de Renda;

- libera de limitações a competência residual, colocando, assim, mais um cheque em branco nas mãos do Governo federal;
- federaliza o ICMS, embora admita que o mesmo seja, em parte, arrecadado pelos Estados. Com isso desfecha um golpe fatal no federalismo, que se completa com a proibição de incentivos creditícios a empreendimentos novos, o que aniquila a possibilidade de desenvolvimento dos Estados pobres. A denominação da guerra fiscal é, na verdade, uma forma de demonstração de capacidade de gestão da coisa pública. O bom governante consegue bons contribuintes, e a atração de empresas para o território de um Estado termina por incrementar a receita tributária deste, pelo efeito multiplicador inerente à atividade econômica. Essa noção elementar é esquecida pela proposta, em benefício de São Paulo;
- extingue o IPI, com o que reduz dos Estados e municípios, diminuindo os correspondentes fundos de participação, enquanto a parcelas da União é acrescida, pois, o ICMS federal significa um IPI com base tributável ampliada, alcançando agora todas as operações da produção ou importação, até o consumidor final;
- um aspecto positivo: permite expressamente a progressividade do IPTU, nos termos de lei municipal (art. 157, 3º);
- exclui do cálculo da parcela do Imposto de Renda a ser atribuído ao Fundo de Participação dos Estados o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte pela União. O Imposto de Renda na Fonte representa uma parcela muito significativa de arrecadação. Além disso, fica aberta a possibilidade da ampliação das hipóteses de desconto na fonte, significando que, por lei ordinária, poderá ser reduzida a parcela destinada ao FPE;
- coloca-se nas mãos do Governo federal um intolerável instrumento de arbítrio, ao permitir que a cobrança de

direitos e a imposição de limitações e sanções, para coibir práticas danosas à economia nacional, alcancem, inclusive, importações já desembaraçadas.”⁸

São imensas as críticas doutrinárias a respeito da proposta da reforma tributária.

Visualiza-se o fato da proposta do governo não conter elementos jurídicos que contribuam para a fixação de postulados tidos como necessários de modo absoluto para qualquer reforma tributária, especialmente:

- a) os que permitam eficiência e economia, no sentido de que o *sistema tributário não deve interferir sobre a alocação eficiente de recursos*;
- b) os determinadores de *simplicidade administrativa*, em face de não determinar que os *custos administrativos, diretos e indiretos, devem ser relativamente baixos*;
- c) os de não valorização da *equidade* - *o sistema deve ser justo, tratando igualmente indivíduos com as mesmas características*;
- d) os propiciados de uma *viabilidade política* - *o sistema deve refletir as preferências do maior número de indivíduos, sob pena de constantes pressões revisionistas*.⁹

Identifica-se, com larga e acentuada preocupação, o fato de que a carga tributária brasileira, na era contemporânea, é igual a dos EUA e do Japão, não obstante as desigualdades regionais do país e o distanciamento social, econômico, financeiro e educacional existente entre os vários segmentos dos estratos sociais que formam a Nação.

A pergunta que se faz é: A reforma tributária como proposta provocará algum benefício para o cidadão? Ela contém elementos de significação para adoção de uma harmonia entre quantidade de recursos a

⁸ Hugo de Brito Machado, in “Reforma Tributária”, Revista Consulex, n. 10, Outubro de 1997, pgs. 45 e seguintes.

⁹ As partes em itálicos são destaques para as idéias de Salomão L. Quadros, Chefe de Banco de Dados do IBRE/FGV, em artigo sob o título “Reformas Tributárias na América Latina,” in “Conjuntura Econômica”, agosto de 1996, pgs. 116 e seguintes.

serem arrecadados e qualidade da sua aplicação?

As respostas não são satisfatórias. A esperança é de que, por via das emendas a serem discutidas no âmbito do Congresso, alcance-se o aperfeiçoamento desejado.

5 - Conclusão.

É hora de concluir e de agradecer. Reverencio os participantes deste Congresso e louvo o esforço concentrado desenvolvido em busca de aperfeiçoamento dos conhecimentos jurídicos. Inclino-me em gratidão para com a Faculdade de Direito do Recife e o IBED - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE DIREITO, sob a coordenação do Bureau Jurídico pela homenagem que me foi prestada, outorgando-me a Presidência do Conclave. São fatos que emocionam os meus dias, que aumentam o meu compromisso com a Nação e que me tornam sempre devedor em gerar amizades.

Não posso esquecer, antes do encerramento, de uma mensagem de Ariano Suassuna. Sinto a obrigação de revelá-la para este Congresso. A reflexão que ora se faz neste trabalho, nos conduz a um pensamento exposto por Ariano Suassuna, ao ser entrevistado por Wellington Faria, conforme noticiado em jornais paraibanos. O entrevistador quis saber de Ariano Suassuna qual será a utopia universal deste final de século, sobretudo no sentido político. O ilustre escritor nordestino, demonstrando a sua visão cosmopolita dos acontecimentos culturais e sociais da nossa época, respondeu:

“Se não existisse, deveria existir. Teria que ser criada, porque o homem não pode viver sem um sonho. O homem não pode viver sem um sonho de melhoria, e este sonho para mim existe, de uma sociedade justa e fraterna, como até hoje não foi feita. Veja você que os regimes ditos liberais, burgueses, privilegiaram a liberdade em detrimento da justiça. O socialismo marxista, que no meu entender, é uma deturpação do socialismo, privilegiou a justiça e a igualdade em detrimento da liberdade. Mas, infelizmente, em ambos os casos foi sempre a liberdade para uma

minoria e justiça para a minoria. Até hoje não se conseguiu fazer organizar uma sociedade na qual a liberdade e a justiça tivessem o mesmo valor para a esmagadora maioria. Esse sonho é tão velho quanto o homem e será ele quem tem de nos guiar nessa abertura do terceiro milênio."

As afirmações de Ariano Suassuna representam o sentimento nacional, vontade querida de uma coletividade, desejada e longe, porém, de ser alcançada. Por essa razão, é que se põe como meta primordial da ciência jurídica se impor, cada vez mais fortemente, como um dos instrumentos de pressão para que haja a pregada transformação que a sociedade está a exigir e que se constituirá numa das facetas da quarta onda já pregada por Toftlen em sua obra as "Transformações do Poder".

Não posso deixar de ser conduzido, no instante em que me detenho sobre o tema "do Direito buscar, com maior profundidade, o equilíbrio social", fazendo uso do seu instrumento científico, a examinar o texto da Carta Magna de 1988, que prega a necessidade de se transformarem em realidade as conquistas sociais que nela estão postas, de modo solene e imperativamente, a partir do seu próprio preâmbulo, cujos termos já transcrevi em parágrafo anterior.

A seguir, sou tentado a imprimir louvores aos princípios fundamentais, registrados entres os artigos 1º e 4º, sem deixar de ressaltar o nível das conquistas pregadas pelo Título II, comandado pela denominação "Dos Direitos e Garantias Fundamentais".

Repito, que a Nação Brasileira quer e exige que o seu atuar e desenvolvimento tenham como pilstras fundamentais as regras que implicam na constituição de um Estado Democrático de Direito, com respeito integral a fatos que desembosquem na prática da soberania, no aplicar dia a dia, hora a hora, de todos os elementos que encerram o conceito de cidadania; que haja no comportamento do Poder Público e no de cada indivíduo integral reverência à dignidade da pessoa humana; que se tenha como fato relevante a pauta dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, tudo se desenvolvendo dentro de um sistema de pluralismo político. Por crer na mensagem do homem, especialmente, do homem cidadão-político, cuja expressividade maior se

apresenta quando se torna responsável pela promulgação de uma Constituição, e por crer, com a mesma intensidade, na força do direito, é que defendendo a construção de leis e a adoção de interpretação das já existentes que façam tornar realidade os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e que estão descritos, com toda a potencialidade de princípio fundamental constitucional no art. 3º, da forma seguinte:

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Por tais razões, deve o Direito encontrar seus próprios caminhos e, através dos responsáveis pela sua aplicação (que são os homens pensadores e construtores de realidades concretas nascidas de hipóteses), ser a força capaz de implantar o equilíbrio social, tudo fazendo para que o seu regramento positivo não seja simples utopia, transformando-se, o que não é o desejado, em sonho enganador de uma civilização e veículo frustrante dos anseios de uma geração.

STATE'S ADMINISTRATIVE AND TRIBUTARY REFORM - IMPORTANCE AND PERSPECTIVES.

The administrative reform of the State should have the citizen as the center of its attentions, looking for to assist its basic needs. That reform should come sustained in a degree that allows efficiency and the government's transparency, not could stop observing the fundamental principles of the public administration. And to get that objective, the powers of the State should act harmoniously with the longings of the society.

To modify the structure of the State, it's necessary, beside the administrative reform, the tributary one, as being one of the most important. From her there will come the financial conditions so that the State reaches the accomplishment of the goals the one that it intends, in consonance with the social demands. They are many the doctrine criticisms regarding the proposal of the tributary reform, because it is investigated if it will provoke some benefit for the citizen, especially with relationship to the good use of the collected resources.
